

Salvador López Quero
José María Maestre Maestre

EDIDERVNT

**STVDIA
ANGELO VRBANO
DICATA**



INSTITVTO
DE ESTVDIOS
HVMANISTICOS

FAEC
FEDERACIÓN ANDALUZA DE ESTUDIOS CLÁSICOS

ALCAÑIZ – MADRID
2015

STVDIA ANGELO VRBANO DICATA / Salvador López Quero, José María Maestre Maestre, eds.- Alcañiz-Madrid: Instituto de Estudios Humanísticos - Federación Andaluza de Estudios Clásicos, 2015.

1 v. LXIV, p. 740; 24 x 17 cms.

Este volumen recoge cuarenta estudios de cuarenta y un autores ofrecidos en homenaje al Prof. Ángel C. Urbán Fernández.

ISBN: 978-84-96053-80-9

eISBN: 978-84-96053-81-6

DL.: TE-136-2015

1. Arqueología Clásica. 2. Biblia. 3. Crítica literaria. 4. Diplomática. 5. Emblemática renacentista y barroca. 6. Epigrafía. 7. Filología Griega. 8. Filología Latina. 9. Humanismo. 10. Iconología. 11. Lexicología Clásica y Medieval. 12. Literatura Moderna y Contemporánea. 13. Patrística. 14. Simbología. 15. Tradición Clásica. 16. Tradición Rabínica. 17. Homenaje. 18. Urbán Fernández, Ángel C. I. López Quero, Salvador, ed. II. Maestre Maestre, José María, ed. III. Instituto de Estudios Humanísticos, ed. IV. Federación Andaluza de Estudios Clásicos, ed.

Este libro ha sido publicado gracias a la ayuda del Grupo de Investigación de la Junta de Andalucía PAI HUM-380.

© Instituto de Estudios Humanísticos
Federación Andaluza de Estudios Clásicos

1ª edición 2015

ISBN: 978-84-96053-80-9

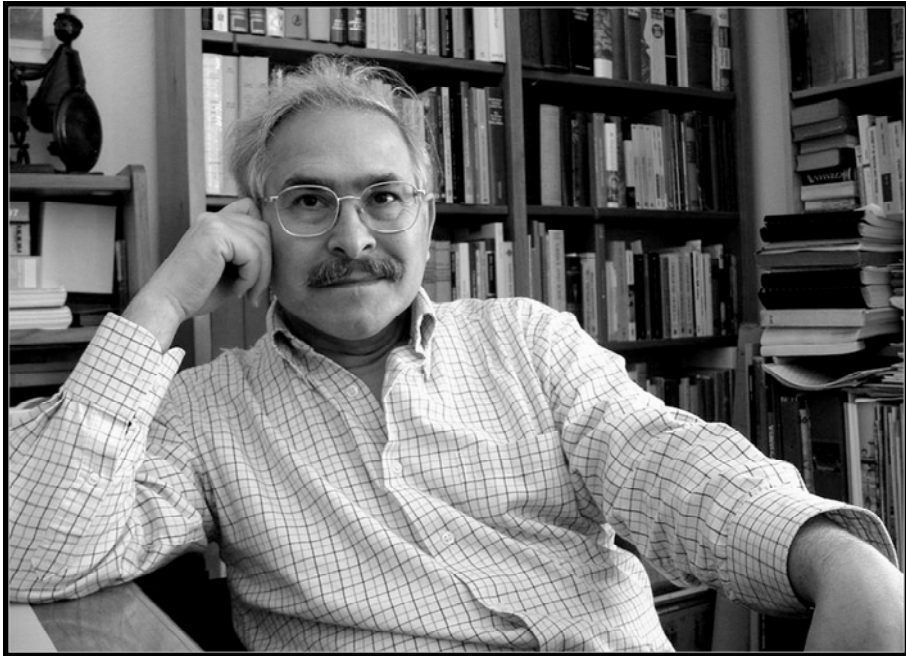
eISBN: 978-84-96053-81-6

DEPÓSITO LEGAL: TE-136-2015

IMPRESIÓN: Imprenta Kadmos (Salamanca)

Portada: Empresa XV: REGIT ET CORRIGIT de la obra de Francisco Núñez de Cepeda, S.I., *Idea del Buen Pastor* (Lyon. 1684), p. 245.

Contraportada: Foto de fragmento de escayola del antiguo Palacio Episcopal de Córdoba, actualmente Biblioteca Pública Provincial, que reproduce la Empresa XV: REGIT ET CORRIGIT de F. Núñez de Cepeda.



Profesor Ángel C. Urbán Fernández

Ecossugestivos de fórmulas epigráficas romanas

José D'ENCARNAÇÃO
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Arqueológicos
das Universidades de Coimbra e Porto

Resumo: Procura mostrar-se como –tanto nos primeiros tempos do Cristianismo como, de modo especial, no Neoclassicismo– se imitaram em monumentos epigráficos palavras (*dominus, servus, pius, felix, augustus...*) assim como formulários típicos da epigrafia romana (*pontifex maximus, numini maiestatique, aere conlato...*). Especial atenção se dedica a uma epígrafe da cidade de Perúgia, datada de 1780.

Palavras-chave: Epigrafia romana; epigrafia paleocristã; epigrafia neoclássica; Perugia.

★ *Attractive Echoes in Roman Epigraphic Formulas*

Abstract: Christian and neoclassic epigraphic monuments have words (*dominus, servus, pius, felix, augustus...*) and formularies (*pontifex maximus, numini maiestatique, aere conlato...*) that are taken from epigraphic roman models. In this paper special attention is given to an epigraphic text from Perugia wrote at 1780.

Keywords: Roman, Christian and neoclassic epigraphy; Perugia.



Introdução

Sempre as palavras gravadas na pedra exerceram sobre o Homem particular fascínio. Ainda hoje, recebo amiúde pedidos, vindos dos mais diversos quadrantes, no sentido de colaborar na pesquisa do hermético significado de uns «gatafunhos» (por vezes, disso não passam) gravados em erma penedia ou em vetusto lintel de porta. Sinais que tiveram, na altura, um

significado bem concreto e bem explícito para quem os fez e para aqueles que, vizinhos, facilmente o compreendiam, por se encontrarem dentro do contexto. Tal qual, hoje, certos *grafittis* somente 'acessíveis' ao grupo a que se destinam e os usam.

Por exemplo, no livro que incorpora a imagem de S. Paulo exposta no museu do Seminário de Leiria (Fig. 1, Ferreira 2006 52-53), há uma intrigante legenda. Pusemo-nos a questão: simples letras sem significado preciso ou, ao invés, transcrição de texto bíblico, de frase célebre atribuída ao Apóstolo? Recorri, na ocasião, à sabedoria do Padre António Nogueira Gonçalves, exímio historiador de arte, e, embora com as naturais dúvidas, chegámos à conclusão de que se poderia propor algo como *P(reca)VI / CON(iunctus) / C(h)RI(s)/TVS EST*, o que poderia significar: «Deprequei: Cristo está conjunto a ti» (Encarnação 1989). Pegando nesta interpretação, considerou o Cónego Américo Ferreira (1989) que seria, quiçá, mais verosímil algo directamente ligado à acção do Apóstolo: *P(raedicavi) V(b)I / CO(gnitus) N(on) C(h)RI(s)TVS / EST*, «Preguei onde Cristo não é conhecido». Ainda que aceitável, acabamos por ficar sempre com a impressão de que, mais do que transcrever uma passagem concreta do Novo Testamento ou frase com significado preciso, o escultor poderá ter optado por uma inscrição, é certo que em caracteres góticos, sem significado preciso e mais com uma intenção decorativa, na medida em que de um livro se tratava e algo deveria lá estar escrito.

Idêntica curiosidade teve recentemente (Junho de 2013) Dulce Helena Pires Borges, ao observar a estátua de Moisés patente na Catedral da Guarda (Fig. 2): em vez das habituais tábuas da lei, o profeta mostra a seguinte epígrafe incompleta (Fig. 3):

ANIS
QVE.DEDIT
DVS VOBIS
AD VESCE
DV

Na l. 3, o D parece estar em nexa com um eventual E ou M ou, até, ter uma espécie de til; na l. 4, a seguir ao V parece ter havido hesitação por parte do lapicida: poderá ter grafado um E dentro de um D reverso. Tanto no E seguinte como no V final há o til a indicar a nasalação.

Investigação feita, verificou-se ser parte desta passagem do livro do *Êxodo* (16, 15):

Quibus ait Moyses: «Iste est panis, quem dedit Dominus vobis ad vescendum».
«Moisés disse-lhes: ‘Este é o pão que o Senhor vos deu para comerdes’».

A referência original é, naturalmente, ao maná que o Senhor proporcionou como alimento aos Judeus durante a travessia do deserto, mas bem depressa a apologética católica a relacionou com Cristo, «Pão da Vida» (*João 6, 35*), que na Eucaristia se dá como alimento e, por isso, não é raro encontrar a frase como legenda.

Sirvam-nos estes dois exemplos de introdução a um hábito que se generalizou quer logo nos primeiros tempos do Cristianismo quer, de modo especial, na época do Renascimento e no Neoclassicismo: o de se adoptarem formulários que os monumentos epigráficos romanos perpetuaram e que, por continuarem bem patentes à vista de todos, acabaram por ser imitados, atribuindo-lhes novos significados –como aconteceu com o atrás referido texto do maná.

Não vou –disso tenho plena consciência– apresentar nada que não tenha sido já amiúde sublinhado. Penso, porém, que nunca será de mais reflectir sobre ocorrências que, uma vez por outra, nos passam despercebidas ou que por elas passamos sem sobre o seu profundo significado nos determos. Não terei preocupação de uma qualquer ordem na sua apresentação.

1. *Dominus et servus*

E a primeira imagem que me ocorre é a do uso destas duas palavras: *dominus e servus*.

Dominus foi termo que começou a surgir nas epígrafes imperiais a partir do século III, reflexo de uma nova ideologia que se procurava importante: se, até aí, o imperador fora o *primus inter pares*, aquele que –por via da hereditariedade ou pela força das armas, abençoado pelos deuses...– havia atingido o trono imperial, quando essa lei das armas se tornou mais forte, importava acentuar a autoridade, o estar acima dos demais. Assim, nas moedas, o seu busto passou a ter na cabeça a coroa radiada como que envolto num halo divino; e, nas epígrafes, seu nome começou a estar estrategicamente precedido das siglas D. N., *dominus noster*. É curioso que será raro encontrarem-se estas palavras por extenso, sinal entendível quer como vontade de não lhes acentuar mui claramente o significado quer como expressão de um consenso comum: todos sabem o que significam!

E –segundo aspecto a sublinhar– a presença do possessivo, «nosso», a acentuar esse carácter íntimo, quase de património, de assunção voluntária

por parte dos súbditos (passou a haver súbditos quando, antes, havia cidadãos...). Verifique-se, aliás, que, na epigrafia romana, *noster* era usado pelos escravos quando mencionavam o seu senhor e até os escravos imperiais faziam gala em se designarem *Caesaris nostri servus!*

Ora a expressão Nosso Senhor, aplicada desde cedo a Jesus Cristo, está plasmada sobre os dois qualificativos imperiais.

Aludi à coroa radiada e não será difícil recordar de imediato o mosaico de Ravena que apresenta o imperador Justiniano I e a imperatriz Teodora, de cabeça enquadrada por uma circunferência –o que se tornará símbolo de santidade nas representações iconográficas cristãs.

Quanto à palavra *servus*, deverei começar por afirmar que não é frequente na epigrafia romana. Compreende-se: a epígrafe é para perpetuar uma memória e ninguém gosta, em princípio, de ser eternamente recordado como... escravo! Há exceções, porém: os escravos de pessoas importantes, os escravos do imperador não têm os seus familiares pejo em recordar essa condição servil no seu epitáfio, ou eles próprios, se promotores de uma homenagem ou de uma iniciativa, não hesitam em como tal se declararem. Longe vai, de facto, o tempo em que piedosamente se acreditava que ser escravo em Roma era apenas vitupério, que escravo era uma *coisa*, uma *propriedade* sem outro préstimo que o de servir, a qualquer preço; podia ser esse o estatuto legal, mas a realidade bastas vezes contradizia o estatuto: não eram escravos os preceptores, os médicos, os *vilici* de vastos domínios senhoriais? Daí, o orgulho de alguns em expressamente se apresentarem como «escravos», ou de não ocultarem, indirectamente, essa anterior condição quando se declaram libertos. Duas inscrições do *conventus Pacensis*, na Lusitânia, poderão exemplificá-lo:

— *Threptus, C. Appulei Silonis ser(vus)*, agradece à divindade dos mananciais (*Fontanus* ou *Fontana*) o facto de ter identificado o lugar onde poderia, com êxito, abrir poço para captar água das profundezas, susceptível de lhe abastecer a propriedade: *ob aquas inventas*, «por ter encontrado águas» (IRCP 437). O nome do *dominus* (*Caius Appuleius Silo*) vem por extenso, não só porque também ele se terá associado ao acto de gratidão, mas porque igualmente o escravo dele teria muito orgulho.

— Em *Salacia*, Octávio Teófilo, liberto de Octávia Marcela Moderatila, manda lavar ex-voto a *Isis Domina*. A menção do nome completo de sua senhora poderá querer justamente significar que a iniciativa desse acto não é apenas seu, mas Moderatila a ele não quis deixar de se associar (IRCP 182).

E o que encontramos nos primeiros epitáfios cristãos? Os fiéis a identificarem-se como «servos do Senhor»! Sim, o mais normal é a adopção da palavra *famulus*, -a, eco da resposta atribuída a Nossa Senhora perante a revelação do anjo Gabriel de que iria ser mãe: *Ecce ancilla Domini* (Lucas 1, 38); mas trata-se, na verdade, da mesma atitude. No quadro das inscrições ditas ‘paleocristãs’ inventariadas por Manuela Alves e Catarina Gaspar, apenas registamos um exemplo, o de *Petrus servus Dei* (o. c., nº 112); outros testemunhos decerto haverá.¹

2. I. O. M. e D. O. M.

Júpiter invocado sob os epítetos de *optimus maximus* foi, sem dúvida, a divindade romana mais venerada quer pelos próprios romanos quer, de modo especial, pelos indígenas, que assim procuravam demonstrar a sua fidelidade religiosa –e, conseqüentemente, política– a quem os viera conquistar. A realidade da Lusitânia romana demonstra-o à saciedade, pois são centenas os ex-votos que lhe foram dedicados por indígenas nas mais diversas circunstâncias e lugares.

Ora, o que é extremamente curioso é verificar como, no Cristianismo, essa invocação se transforma em D. O. M. e surge aplicada quer em frontispício de templos quer, de modo especial, como invocação em túmulos. Na igreja do Real Monasterio de la Encarnación, de Madrid, a lápide que comemora a sua reabilitação, em 1767, pelo arcebispo de Farsália, então inquisidor geral, é encimada precisamente por essas siglas.²

3. Pius, Felix...

Pius, *Felix* e *Augustus* são dos atributos mais frequentes na epigrafia romana aplicados, de modo especial, a imperadores –designadamente a partir do século III–, mas também a legiões. Já tive ocasião (Encarnação 2004-2005) de me referir à sua persistência e à solícita adopção que tiveram por parte de monarcas europeus do século XVIII.

¹ Nesse contexto ‘paleocristão’, a persistência de motivos decorativos romanos nos epitáfios cristãos é por de mais evidente: a pomba, a palma, as coroas de flores, a árvore de vida... são, como se sabe, representações recorrentes.

² Teve José Luis Gamallo (da equipa de *Hispania Epigraphica*) a gentileza (que muito agradeço) de me enviar, a 28 de Julho de 2013, a foto dessa epígrafe: Fig. 4.

Trouxe à colação, nessa altura, a placa que, assinala, no Teatro Morlacchi, em Perúgia, a decisão tomada no ano de 1780 de ali se construir, por subscrição pública, uma 'cúria', sob a protecção do númen e majestade do Papa Pio VI, pontífice máximo (Fig. 5).³ Também sobre esta placa já teci algumas considerações, mas não será, porventura, despropositado voltar ao tema, neste contexto de uso de formulários epigráficos romanos em séculos bem posteriores.

Teve Pio VI o mais longo pontificado depois do de S. Pedro: 24 anos! Coroado Papa a 22 de Fevereiro de 1775, só em 29 de Agosto de 1799 viria a falecer, com 81 anos. Viveu, pois, os tempos áureos do Neoclassicismo. Estamos em pleno império de Napoleão Bonaparte, que, aliás, ao Papa haveria de causar alguns amargos de boca, pois que, ao invadir Roma, em 1798, mandou confiscar e levar para Paris muitas das obras recolhidas. Mas os primeiros anos do pontificado de Pio VI foram pacíficos, o que lhe permitira lançar mão a grandes obras, inclusive culturais, como, por exemplo, a reorganização de museus sob dependência da Igreja, designadamente o chamado Museu Pio-Clementino, comprando obras gregas e latinas. Nesse período se insere, pois, o melhoramento que a citada placa imortalizou.

Algumas das gravuras que o retratam apresentam-no, em legenda, como *pontifex maximus*. Não foi, seguramente, o primeiro Papa a usar de preferência esse tratamento e, aliás, ainda hoje, nos referimos ao bispo de Roma como Sumo Pontífice. Ora esse é um legado bem romano, pois que logo o primeiro imperador, Augusto, o quis inserir nos seus títulos gravados em pedra. Sabia, no entanto, qual o seu profundo significado intrínseco, de privilegiado interlocutor entre os deuses e os homens, e, por isso, tendo subido ao trono imperial a 23 a. C., só a 6 de Março do ano 12 a. C. é que oficialmente o aceitou, após a morte de Lépido, pois, como escreve Suetónio (2, 31), esse fora

³ Este teatro viria a ser inaugurado a 15 de Agosto de 1781 sob o nome de Teatro Civico del Verzaro. Confesso desconhecer se a citada placa já foi alvo de estudo pormenorizado; contudo, a sumária pesquisa que fiz leva-me a pensar que não terá merecido especial atenção por parte dos investigadores, pois colocando o seu texto num motor de busca da Internet apenas surge, para além de uma referência minha, uma fotografia da lápide (tirada em Maio de 2009) e o respectivo texto, ainda que transcrito sem grande rigor, conforme consta no Guia da cidade; há a informação de que toda a documentação sobre a história do teatro está guardada no Archivio di Stato di Perugia. Martha Feldman traz o texto, sem comentário específico, na pág. 302 da sua obra. E Morcelli, por seu turno, usa, *passim*, como exemplos no seu *Lexicon Epigraphicum*, algumas das palavras aí patentes: *curia*, *incrementum*...

um cargo «que nunca consentira retirar-lhe enquanto vivo fora». Pio VI terá querido acentuar bem esse carácter não apenas por convicção, mas também por opção cultural. Veja-se, de resto, que, na lápide de Perúgia, é esse título que vem destacado, decerto por ser esse o hábito ou a indicação oficial emanada da cúria pontifícia.

Contudo, merece a primeira linha –como tive ensejo de assinalar em 2005– uma atenção especial pelas duas qualidades que ao Papa aí são atribuídas: o númen e a majestade. Eco também de uma expressão corrente em dedicatórias aos imperadores romanos a partir do século III, em que o dedicante, mormente se uma entidade local, se professava *devotus numini maiestatique eius*, frase que habitualmente vinha em siglas –D · N · M · Q · E– por ser já banal o seu uso. Não é banal, no entanto, o seu significado, pois que ao imperador se atribuíam, de facto, prerrogativas divinas: o númen é mesmo o espírito divino nas suas manifestações; a majestade é a soberania suprema (ainda hoje, os reis se tratam por «Sua Majestade»)! Permitindo –ou, quiçá, até incentivando!– a que também a ele tais prerrogativas fossem atribuídas, Pio VI adopta uma atitude impregnada de uma concepção que é, simultaneamente, do foro espiritual e cultural. Não é Deus; representa, contudo, na terra, o Altíssimo; é, de certo modo, a sua ‘incarnação’, goza do dom da infalibilidade em questões doutrinárias...⁴

Um outro aspecto poderá realçar-se na epígrafe em questão: a construção da ‘cúria’ só foi possível porque a população de Perúgia, organizando-se, por iniciativa dos eruditos locais, promoveu uma colecta (*aere conlato*) e, desta sorte, conseguiu as verbas necessárias para, de comum acordo, erguerem e dedicarem uma ‘cúria piedosa’ em honra do Papa:

*Numini maiestatiq(ue) Pii VI pont(ificis) max(imi) corporati cives Perusiae Augustae ordinis secundi legibus ad incrementa artium bonarum ex auctoritate optimi principis constitutis curiam piam coetibus eruditorum agendis aere conlato exstructam communi consensu dedicaverunt.*⁵

⁴ Decerto tal se não diria no seu tempo, mas a questão vinha de há muito a ser sobejamente discutida até ser declarada dogma na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, sobre o primado e infalibilidade do Papa, promulgada pelo Papa Pio IX, a 18 de Julho de 1870, no âmbito do Concílio Vaticano I.

⁵ Assim explicado, o texto parece estranho e necessita de esclarecimento complementar: a referida cúria é nada menos do que um teatro –para nele se cultivarem as «boas artes»– e a expressão ‘segunda ordem’ identifica a burguesia local que, em 1777, decidira construir um novo teatro para rivalizar com os nobres, que tinham erguido o chamado Teatro del Pavone;

Neste âmbito do uso neoclássico de formulários inspirados na epigrafia romana, há, pois, que aludir à citada expressão *aere conlato*. *Aes* é, literalmente, o bronze; contudo, de bronze se faziam as moedas e há mesmo, em Numismática, a utilização dessa palavra para identificar determinado tipo de moedas.⁶ *Conlato* é o ablativo do particípio passado do verbo *conferre*, que significa 'reunir'. Reuniram-se, pois, uns cobres, ou seja, fez-se uma subscrição –e essa expressão é comum nos *corpora epigraphica* romanos. Já nos índices do CIL II (p. 1196) havia a menção de uma dezena de inscrições em que essa expressão estava patente; no *Conventus Pacensis*, encontrei três, de que apresento a fotografia de uma delas (IRCP 241 – Fig. 6); no mais actualizado inventário das inscrições romanas peninsulares, *Hispania Epigraphica*, o número sobe para 19. Os letrados promotores da iniciativa teriam, pois, à mão exemplos bastantes –quer da epigrafia da cidade de Roma quer da Península Itálica– para assim poderem exprimir, à maneira clássica, a atitude tomada.

Aproveite-se o ensejo para assinalar um outro aspecto de não somenos importância: é que os referidos *cives* se identificam como *ordinis secundi*, «da segunda ordem». E *ordo* –cá está mais um reflexo da epigrafia romana nos costumes epigráficos neoclássicos– era o vocábulo usado para os 'escalões' (digamos assim) da sociedade romana: a primeira, a *ordo senatorius*; a segunda, a *ordo equester*... Nesta última se incluíam, como se sabe, os cavaleiros, cuja actividade primordial era a mercantil, pelo que não é de admirar que assim aqui se mencionem; aliás, recorde-se, tempo houve em que os historiadores se interrogavam sobre a oportunidade de aplicar à 'classe equestre' a qualificação *avant la lettre* de 'burguesia' ou, mesmo, de 'classe média'.⁷

e, para esse efeito, noventa famílias se uniram para constituir a "Società per l'edificazione di un nuovo teatro", sociedade que viria a adquirir um antigo convento de freiras para, nesse espaço, o arquitecto Alessio Lorenzini erguer o novo teatro, em que, por conseguinte, as famílias empreendedoras passariam a ter lugar cativo. (Informação contida na documentação recolhida por Margherita Maria Rosa Ventura, 1983).

⁶ Estou a recordar o livro de Milagros Sienes Hernando, em que a autora expressamente declara: «Dado que se desconhece o nome exacto dalgumas destas moedas e dada a falta de consenso entre os investigadores no sentido de precisar a que moeda em concreto correspondem os nomes conhecidos, retivemos a convenção internacional de Ae1, Ae2, Ae3 e Ae4, com que se denominam algumas das moedas de bronze do século IV d. C., segundo o seu módulo» (p. 11).

⁷ A ideia foi lançada por Hill, prontamente refutada por Vitucci e por Emilio Gabba (p. 341-345).

Em conclusão:

Gravadas imorredoiramente na pedra, bem à vista de todos, durante séculos, as inscrições romanas foram, pois, perpétua fonte de inspiração, nomeadamente nos tempos em que à Antiguidade Clássica mais vivamente se prestou menagem, como no Renascimento e no século XVIII.

Qualificativos como *pius, felix, augustus*, dotados de profundo significado semântico e cultural; expressões como *aere conlato*, indiciadoras de uma atitude usual; ou a atribuição a uma personagem de um halo de númen e de majestade –constituem, por conseguinte, alguns desses testemunhos eloquentes. E muitos outros haverá.

Bibliografia

- Dias, Maria Manuela Alves, e Gaspar, Catarina Isabel Sousa, *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos (FLL), 2006.
- Encarnação, José d', «No Seminário de Leiria – Um São Paulo de singular legenda», *Diário de Leiria*, 28-07-1989, p. 7.
- Encarnação, José d', «Reflexos, no quotidiano, da prístina epigrafia romana», *Arqueologia & História* 56/57 2004-2005 95-102. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/9912>
- Feldam, Martha, *Opera and Sovereignty: Transforming Myths in Eighteenth-century Italy*, Chicago, The University of Chicago Press, 2007.
- Ferreira, Américo, «No Museu do Seminário – Uma leitura difícil...», *A Voz do Domingo* [Leiria], 30 de Julho de 1989.
- Ferreira, Américo, *Alma e Imagem (Museu da Diocese de Leiria – Fátima)*, Leiria, 2006.
- Hill, Herbert, *The Roman middle class in the republican period*, Oxford, Blackwell, 1952.
- Gabba, Emilio, *Esercito e società nella Tarda Repubblica Romana*, Firenze, La Nuova Italia, 1973.
- IRCP = José d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1984.
- Morcelli, Stefano Antonio, *Lexicon Epigraphicum Morcellianum*, Bolonha, Ex Offic. Annesii Nobilii et soc., 1835-1838.

- Siens Hernando, Milagros, *As Imitações de Moedas de Bronze do Século IV d. C. na Península Ibérica: o Caso do Ae2 Reparatio Reipub*, Trabalhos de Arqueologia 13. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000.
- Suetónio, *Os Doze Césares*, Lisboa, Editorial Presença, 1979. [Tradução e notas de João Gaspar Simões].
- Ventura, Margherita Maria Rosa, *Teatro Francesco Morlacchi. Archivio Storico. Inventario*, Perugia, 1983.
- Vitucci, G., recensão à obra citada de Herbert Hill, *Rivista de Filologia e di Istruzione Classica*, 32 (1954), 82-85.



Fig. 1. Estranha epígrafe num livro de uma estátua do Apóstolo S. Paulo. Seminário de Leiria. Fotografia: Cónego Américo Ferreira.

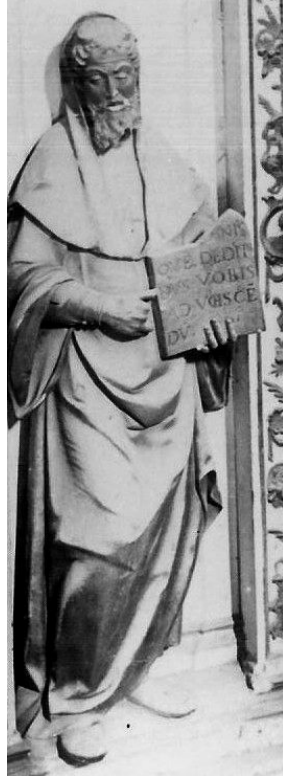


Fig. 2. Estátua de Moisés na catedral da Guarda.
Fotografia: Dulce Helena Pires Borges.



Fig. 3. O texto gravado no livro da figura anterior.



Fig. 4. Placa do Real Monasterio de la Encarnación. Madrid. Foto: Jose Luis Gamallo.



Fig. 5. Placa do Teatro Morlacchi, em Perúgia. Foto do autor (Maio 1996).



Fig. 6. IRCP 241. Foto: Guilherme Cardoso.

STVDIA ANGELO VRBANO DICATA

Miscelánea de cuarenta estudios
en homenaje al Profesor Emérito
Ángel Urbán Fernández, Catedrático de Filología Griega
de la Universidad de Córdoba,
con motivo de su jubilación,
ofrecidos por cuarenta y un especialistas
en diferentes disciplinas y amigos del homenajeado.



Los temas contenidos en este libro guardan relación
con las variadas líneas investigadoras del Prof. Urbán
desarrolladas en su producción científica
y a lo largo de su dilatada actividad docente
en Roma y en Córdoba, tales como:

*Filología Griega, Filología Latina, Mitología Clásica,
Biblia, Patrística, Antigüedad Tardía, Lexicología,
Tradición Clásica, Humanismo, Emblemática,
Iconología y Crítica Literaria.*



INSTITUTO
DE ESTUDIOS
HUMANÍSTICOS

FAEC
FEDERACIÓN ANDALUZA DE ESTUDIOS CLÁSICOS